

Direitos culturais como Direitos Humanos

Marcus Pinto Aguiar

Doutorando e mestre em Direito Constitucional Público e Teoria Política, na linha de pesquisa em Direitos Humanos, pela Universidade de Fortaleza (Unifor), bolsista PROSUP/CAPES, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Culturais da Universidade de Fortaleza, membro da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão Especial de Conciliação, Mediação e Arbitragem da OAB-CE, pós-graduado em Direito do Trabalho e Direito Civil, especialista em Administração de Empresas e parecerista de revistas acadêmicas. Possui graduação em Direito e Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Tem experiência na área de administração de empresas, advocacia e docência de Direito.

O tema aqui abordado será referente à consideração dos direitos culturais como direitos humanos. E para melhor esclarecimento, vamos tratá-lo por meio da análise de sua evolução, fundamentação e definição, no escopo dos direitos humanos. Vamos entender como é que se dá essa fundamentação internacional dos sistemas projetados para a proteção e promoção dos direitos humanos – e culturais – na ordem internacional e o processo de integração na ordem política-jurídica nacional. Além disso, vamos tentar identificar os instrumentos jurisdicionais voltados a essa normatividade internacional, especificamente, aos direitos culturais.

Uma questão perpassa todo o nosso trabalho que é ver e entender se realmente a proteção internacional pode garantir a efetividade dos direitos culturais na materialidade da vida das pessoas. Nós vamos entender os direitos culturais e que dimensão faz parte dos direitos humanos; no grupo de direitos humanos, como se dá a proteção no âmbito internacional, já que reconhecer direitos culturais como direitos humanos implica em perpassar por todo esse sistema internacional de proteção e promoção dos direitos humanos, para que possamos

compreender se realmente os direitos culturais encontram proteção nessa ordem internacional.

No que se refere à definição de direitos humanos, questão tratada adequadamente por Perez Luño, especialmente sobre a vagueza conceitual de tais direitos, podemos encontrar uma armadilha ideológica na tentativa de gerar dúvidas e dificuldades quanto à aplicação desses direitos. Na verdade, tratar direitos humanos apenas como instrumento acadêmico vai isolá-los de suas práticas que se voltam para sua realização. Seria, como diz Perez Luño, separar a teoria da prática, que compromete não apenas sua eficácia, mas a sua própria compreensão. Daí Joaquim Herrera Flores falar da necessidade de se desconsiderar os contextos culturais e não apenas no que se refere ao multiculturalismo e suas várias dimensões e culturas que se encontram no mesmo espaço, mas do interculturalismo, que pode ser traduzido como uma espécie de diálogo entre culturas para que possam também crescer e se enriquecer umas com as outras.

No que se refere à fundamentação dos direitos humanos, ainda nos passos das lições de Perez Luño, fala-se de três caminhos. A primeira, uma fundamentação jusnaturalista, quando implica em direitos como originários, inalienáveis, inerentes ao ser humano, como trata a Declaração de Virgínia de 1776, a Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Há também uma tentativa de fundamentação de tais direitos em

base positivistas, atribuindo aos direitos humanos um valor constitutivo de criar, modificar e extinguir estados jurídicos; e uma terceira fundamentação, denominada realista, que diz que a prática dos direitos humanos deve ser buscada por meio das relações de poder que servem de suporte e obedecem as condições sociais, econômicas e culturais.

Vemos ao longo da história, especialmente a partir da idade moderna, o surgimento do que nós chamamos de dimensões ou gerações de direitos humanos. Como a primeira geração, os direitos civis ou políticos, que surgem no contexto do Estado Liberal e procuram incentivar e proteger especialmente os direitos de liberdade, gerando para o Estado o dever de omissão, a obrigação de não fazer, e aí temos, a título de exemplo, a liberdade de expressão, o direito à vida e de propriedade.

Em um segundo momento, surgem os chamados direitos sociais, cuja evolução aqui não se dá no sentido de superação ou de afastamento do que ficou para trás, mas no sentido de agregar, de complementar, expandir e fortalecer os direitos civis. Nasce dentro de um contexto do Estado Social, que privilegia os direitos de igualdade, imbricando em uma obrigação de fazer do Estado. Aqui se encontram os direitos à saúde, educação e especialmente o direito do trabalho.

Uma terceira dimensão dos direitos humanos se dá com os direitos coletivos, no contexto do Estado Democrático de Direito, implicando na proteção dos direitos de solidariedade. Observamos, então, importante passagem da titularidade

individual para a coletiva, tendo como exemplos o direito ao desenvolvimento, à paz, ao patrimônio artístico e cultural. E quanto aos direitos culturais, em qual dimensão se enquadram?

Jesús Prieto de Pedro apresenta uma interessante posição em relação ao enquadramento dos direitos culturais, pois entende que por se tratar de direitos complexos, estariam presentes em todas as gerações de direitos fundamentais - os direitos de liberdade, igualdade e solidariedade. No que se refere ao processo de expansão dos direitos humanos, experimentam, no segundo pós-guerra, um processo de universalização. Devido às atrocidades desse conflito mundial, há uma ação conjunta da comunidade internacional no sentido de proteger tais direitos. No plano internacional, sua normatização inicia-se com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

Nesse momento, especialmente a partir do contexto de fundação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (no âmbito regional dos continentes americanos), surge um novo direito, por assim dizer, de proteção e promoção dos direitos humanos, em âmbito global, denominado Direito Internacional dos Direitos Humanos. Nessa perspectiva, a Conferência de São Francisco ou das Nações Unidas reúne praticamente oitenta por cento da população mundial e é gestada, em 1945, a Carta das Nações Unidas, por meio da qual nasceu a ONU.

Depois disso, temos outros instrumentos importantes, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto

Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional de Direitos Sociais, Econômicos e Culturais, ambos de 1966. Esses instrumentos formam o que se entende atualmente como a Carta Internacional de Direitos Humanos, pois a partir deles uma série de outros tratados, convenções e pactos tem sido realizada de forma multilateral entre os Estados com a finalidade de proteção e promoção dos direitos humanos. Vale lembrar que o Brasil ratificou esses pactos de 1966 somente em 1992, de forma que, diante de violações aos direitos neles dispostos, os órgãos da ONU, inclusive sua Assembleia Geral, podem requerer reparações diante do Estado.

Os pactos anteriormente referidos, Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ao serem dispostos separadamente em dois instrumentos normativos, refletem as condições políticas do mundo naquele momento e trazem consequências negativas para a efetivação dos direitos humanos, especialmente para os últimos. Nesse contexto ideológico da Guerra Fria, houve certa polarização dentro da própria ONU, pois os blocos soviético e estadunidense claramente manifestavam suas posições ideológicas, tornando difícil a convalidação dos tratados em matéria de direitos humanos e, assim, dificuldades para garantir uma proteção maior de tais direitos. A principal característica do direito internacional dos direitos humanos nesse caso é permitir que o indivíduo se apresente como sujeito de

direitos internacionais, podendo, diante de violação, pleitear reparação em face dos estados nacionais.

Esse sistema de proteção internacional pode ser dividido em dois, de acordo com a esfera de atuação dos tratados: o Sistema Global da ONU e os Sistemas Regionais - interamericano, europeu e africano – interessando aqui, mais de perto, o sistema interamericano. Cada sistema tem órgãos, normatividade e forma de atuação própria, por meio dos quais agem monitorando e apurando supostas violações de direitos humanos, entre os dispostos nos diversos tratados ratificados pelo Estado Membro. Entre os instrumentos de monitoração temos mecanismos convencionais, relativos aos acordos internacionais, e mecanismos extraconvencionais, baseados nas Resoluções da ONU e de seus órgãos.

Foram ainda criados, em relação aos mecanismos convencionais, comitês de controle de relatórios periódicos para o monitoramento de tratados específicos. Assim, por causa das obrigações assumidas e também por conta do princípio da cooperação internacional, os estados se comprometem a informar as condições de efetivação dos direitos humanos, ações de proteção, de promoção, possíveis condutas violadoras de direitos humanos, funcionando o mecanismo de monitoramento por comitês. Nessa perspectiva, os Comitês são fontes importantes de interpretação das normas de direitos humanos, apesar das críticas que sofrem, uma vez que os relatórios e os informes ainda se baseiam muito nas informações produzidas

pelos Estados. Atualmente, entretanto, já são amplamente aceitos os informes provenientes de organizações não governamentais e de outros setores da sociedade interessados na matéria.

Além do Sistema Global da ONU, de maior interesse para o Brasil, temos o Sistema Regional Interamericano, que abrange os Estados Membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), cujo principal instrumento normativo é a Convenção Americana de Direitos Humanos, conhecida também como Pacto de São José da Costa Rica. Desse modo, vale lembrar que essas convenções, tratados e pactos dispõem sobre os direitos que os Estados se comprometem a proteger, as condutas como deveres para promover os direitos humanos; e, a partir de uma violação ocorrida dentro de um Estado-parte desses tratados, abre-se a possibilidade de denúncia do fato frente a esses organismos transnacionais, quer sejam da ONU, quer sejam da Organização dos Estados Americanos. Esse último tendo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos como principais órgãos para monitorar essas condutas, apresentadas como supostas violações. E como se dá o processo de denúncia do Estado?

No nosso caso, para uma violação ao Pacto de São José ou a outros tratados que são próprios da Organização dos Estados Americanos existe um processo inicial junto à Comissão Interamericana, denominado procedimento de admissibilidade, no qual qualquer pessoa que tenha interesse no caso pode se

manifestar por meio de peticionamento através da internet. Lá existe um formulário de denúncia no site da Comissão Interamericana de direitos humanos. A petição é fácil de preencher e a partir do momento que ela é enviada via internet, a secretaria da Comissão Interamericana procede a análise de admissibilidade da denúncia. Assim, o juízo de admissibilidade envolve obviamente a análise da verificação se o direito que foi violado é um direito ao qual o Estado se obrigou a proteger, previsto na Convenção Americana (Pacto de São José) ou outros documentos normativos do sistema. Ao se verificar a possível violação, a Comissão Interamericana entra em ação e através de seus informes notifica o Estado, supostamente violador desse direito e esse apresenta os seus informes, que são analisados posteriormente pela Comissão. Há ainda, entre os procedimentos dessa instância jurisdicional, uma fase de conciliação que, uma vez não alcançada, e tendo sido comprovada a violação de direitos, a Comissão apresenta o caso diante da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Essa, por sua vez, no espectro de sua jurisdição contenciosa, vai realizar um procedimento para analisar e julgar o caso da suposta violação. Tem-se aqui um processo um pouco extenso que não caberia seu detalhamento no escopo dessa apresentação.

A questão dos direitos culturais, entendidos como direitos humanos, revela que estão previstos em diversos instrumentos, tratados, convenções e declarações, tanto no âmbito do sistema global como no sistema interamericano. A Declaração Universal

dos Direitos Humanos, em seu artigo 27, dispõe que toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar no processo científico e de usufruir seus benefícios, e que a pessoa tem direito à proteção dos interesses morais e materiais. O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais também se refere ao direito de acesso à vida cultural, direito ao nível de vida adequado, direito a participar da vida cultural. Ainda no seu artigo 15, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais repete praticamente na íntegra o que a Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê: participação na vida cultural, benefício por meio do progresso científico, proteção dos interesses morais e materiais. Como visto anteriormente, os Estados, por meio desses pactos, se comprometem a respeitar a liberdade indispensável ao acesso à vida cultural e à investigação científica e atividades criadoras.

Nesse sentido, o órgão da ONU responsável por acompanhar, monitorar as ações do Estado e as possíveis violações de direitos culturais é o Comitê dos direitos econômicos, sociais e culturais. Esse acompanhamento é feito por meio de relatórios apresentados pelos Estados e, atualmente, permite também o monitoramento da sociedade civil através de informes alternativos, podendo, inclusive, contestar os informes dos relatórios estatais, enriquecendo-os com notícias da situação relativa à proteção, promoção e violação de direitos humanos no Estado brasileiro. Podemos ter acesso a esses dados e demais

informações da efetividade do sistema através da Plataforma Brasileira de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Brasil.

Outro instrumento importante é o protocolo facultativo do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC). Adotado pela Assembleia Geral da ONU em 2008, esse protocolo entrou em vigor somente em 2013, e sua importância se deve ao fato de que permite queixas individuais e dispõe sobre a competência para recebimento das mesmas. Lembrando que, se antes somente os Estados informavam acerca da situação dos direitos humanos internamente, por meio de relatórios muitas vezes considerados extremamente tendenciosos, agora, por meio desse protocolo facultativo, depois de ratificado pelos Estados, o Comitê passa a receber diretamente queixas sobre violações e instalam inquéritos para apuração das alegadas violações.

Infelizmente, vale salientar que até o presente momento, o Brasil não é signatário desse protocolo. Assim, apesar das comunicações produzidas pela sociedade também acompanharem os informes dos Estados ao Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ainda não foi dada autoridade para instalar inquéritos contra o Estado brasileiro, o mesmo valendo para qualquer outro estado que não tenha assinado o protocolo facultativo do PIDESC.

No âmbito do sistema interamericano, o Pacto de São José da Costa Rica ou Convenção Americana de Direitos Humanos, adotado pelo Brasil desde 1992, refere-se à necessidade dos

Estados buscarem, progressivamente, a plena efetividade dos direitos que decorrem das normas econômicas, sociais e culturais. Existe ainda um protocolo adicional à Convenção americana e vários documentos normativos que garantem a proteção, a promoção, a tutela dos direitos humanos e, especificamente, dos direitos culturais. No escopo da Organização das Nações Unidas vale ressaltar a importância da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (Unesco) que, entre outros documentos, produziu a Convenção Universal sobre Direito de Autor de 1952, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural de 2001, entre muitos. Percebemos que existem vários órgãos transnacionais do Sistema Global da ONU e, no nosso caso, do Sistema Interamericano, que têm produzido inúmeros documentos normativos em matéria de direitos humanos, e que os Estados, voluntariamente, se vinculam ao cumprimento dessas obrigações previstas naqueles documentos. Tudo com a primeira finalidade de promoção de uma vida digna para as pessoas dentro dos seus Estados. Para tanto, a seguir apresentamos um caso interessante que se refere à violação de direitos culturais, cuja estratégia para sua avaliação foi aplicar o caráter indivisível dos direitos humanos, interligando os direitos culturais com os civis e políticos.

A questão específica é do caso *Yakye Axa versus Paraguai*, julgado pela Corte Interamericana em 2005, que se referia à retirada de uma comunidade indígena de suas terras e que, por

isso, não conseguiu dar continuidade de forma plena ao exercício de sua vida cultural. Foram acometidos de várias doenças e alguns membros da comunidade chegaram a morrer por conta disso quando foram transferidos da sua terra originária. A decisão da Corte em relação a essa questão foi o entendimento da ocorrência de violação do direito à vida, e trouxe ensinamentos importantes que vale a pena elencarmos. Assim, a Corte entende que o Estado deve adotar medidas positivas e concretas orientadas à satisfação do direito à vida digna e observar manifestações culturais com diferentes projetos de vida na dimensão individual e coletiva. Observa-se ainda que o direito a uma existência digna implica condições básicas para o exercício de outros direitos humanos, como o direito à educação e à identidade cultural. Há um entendimento importante dentro da Corte Interamericana de que a identidade cultural da comunidade também se lesiona, e isso seria uma lesão à identidade pessoal de cada um dos membros da comunidade, pois ao violar a identidade cultural, viola-se a própria vida do indivíduo e da coletividade.

O professor Humberto Cunha afirma que na origem grega cultura refere-se a tudo que o homem produz e que o leva ao aprimoramento integral, a partir de práticas vinculadas à busca da virtude. E que a mudança – redução - dessa percepção é fruto do abandono do sentimento de pertença à coletividade, substituído pelo individualismo. Nesse sentido, direitos culturais seriam, então, capacidades de capacidades, inclusive de se

vincular aos outros, às coisas e a si mesmo. A vida da pessoa está imersa em uma vida cultural, construindo-a e sofrendo suas influências. Daí a importância dos direitos culturais como instrumentos de construção contínua da própria humanidade e elemento integrador dos direitos humanos. Fala-se hoje de cidadania multicultural, pertença cultural e que assegurar a autoestima e auto-respeito para realizar os planos de vida de cada pessoa é um direito fundamental. Além disso, é de suma importância promover o diálogo intercultural, como expresso na Declaração da Unesco sobre diversidade cultural, que permite que grupos minoritários dentro da sociedade, tais como, étnicos e religiosos, possam ser adequadamente respeitados, e que todos possam lembrar dos deveres culturais como condutas próprias de respeitar, dialogar e não impedir o acesso dos outros aos direitos culturais. É interessante lembrar, como diz a Declaração da Unesco, que ninguém pode invocar a diversidade cultural para violar direitos humanos garantidos pelo direito internacional. Nessa perspectiva, os direitos humanos são realmente universais? E os direitos culturais? Direitos culturais no âmbito local podem fazer frente aos direitos humanos? São questões relevantes que ensejam a necessidade de um diálogo contínuo dentro da sociedade e da política.

A própria declaração da Unesco nos diz que aspectos particularistas da cultura não podem ofender os direitos humanos como um todo. Nesse contexto, há uma estratégia interessante para reivindicação dos direitos culturais violados pelo Estado, que

seria associá-los aos direitos civis e políticos. Vimos que o Brasil não assinou o protocolo facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que impediria que o Comitê de direitos econômicos, sociais e culturais avaliasse as queixas individuais e procedesse uma apuração da suposta violação. A estratégia de associação aos direitos civis e políticos, com fundamento na indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, entende que o direito à vida cultural é uma dimensão importante do direito à vida, uma extensão desse direito. Nesse sentido também, o direito de acesso e participação nos patrimônios culturais deveria ser tratado como um direito à propriedade; o direito à liberdade de expressão cultural como direito à informação e formação, um direito de liberdade. Os direitos culturais, assim como os demais direitos humanos, necessitam de proteção integral da comunidade, uma ação integrada por parte da sociedade nas ordens política, jurídica e social. Desse modo, é uma ilusão achar que pelos inúmeros documentos internacionais, pela previsão constitucional dos direitos fundamentais e dos direitos culturais, os direitos estariam por si só garantidos. Daí a necessidade de ações integradas e urgentes nas ordens política, jurídica e social.

A criação de uma consciência crítica, no que se refere à integração, quando se fala de participação social, é necessária para que as pessoas se capacitem para lutar por seus direitos na realidade de suas vidas. E aqui se insere também a necessidade da educação em direitos humanos, especificamente da educação

em direitos culturais para que, por meio da conscientização e do conhecimento desses direitos, e através do reconhecimento da importância do seu valor, as pessoas possam, de forma coletiva ou mesmo individual, pleiteá-los frente ao Estado e diante dos organismos internacionais. Nós entendemos que os direitos culturais, geralmente, são esquecidos dentro daquele complexo de direitos econômicos, sociais e culturais. Assim, fala-se de direitos econômicos, de direitos sociais e muito pouco dos direitos culturais. Aqui, o nosso objetivo foi procurar apresentá-lo como direitos humanos e das possibilidades jurídicas e políticas de pleitear sua defesa, de lutar por sua proteção mais ampla, pela prevenção para evitar violações nesse âmbito internacional. Para tanto, a mobilização interna da comunidade local é imprescindível e que o debate em torno do direito internacional dos direitos humanos seja ampliado para que a comunidade acadêmica, ativistas dos direitos humanos e dos direitos culturais, gestores de políticas culturais, enfim, para que todos possam valorizar, defender e promover tais direitos.

Então, muito obrigado, espero que tenha ficado claro e fico à disposição de vocês.

Questionamentos

Professor Marcus, em qual patamar de respeito aos Direitos Culturais o senhor coloca o Brasil?

Bom, nós precisaríamos estabelecer alguns parâmetros para definir qual seria o patamar adequado para considerar que os direitos culturais sejam respeitados. Entre eles podemos citar a promoção da conscientização das atividades dos sistemas internacionais e o acesso aos mesmos, juntamente com seus instrumentos de proteção e promoção de direitos humanos e, especificamente, dos direitos culturais, uma vez que sua divulgação tem se dado de forma muito restrita e acadêmica. Além disso, a educação em direitos humanos e também em direitos culturais pode capacitar as pessoas a exercerem, de forma ativa, sua cidadania e exigirem a concretização de tais direitos em suas vidas, além de promover a participação coletiva. Percebemos que, por exemplo, em Fortaleza, o governo municipal não tem dialogado com a comunidade para compreender melhor suas necessidades e interesses culturais. Quando vai tomar decisões em relação à proteção ou à destruição de determinados equipamentos considerados pela comunidade como importantes, falta esse espaço dialógico e democrático, que termina por inibir maior participação da sociedade. Entendo que direitos culturais, por conta de sua natureza complexa, são direitos individuais e coletivos, têm a dimensão coletiva, o usufruto dele é coletivo também. Então, a própria comunidade tem condições, capacidade e consciência,

mas poderia desenvolver ainda mais esse senso crítico se o Estado promovesse sua participação e permitisse sua autonomia de decisão em relação à proteção do patrimônio, da valorização da vida cultural, da diversidade cultural. Entendo que a sociedade tem sido deixada de lado nesse diálogo em relação à proteção dos direitos culturais. Assim, definir um patamar no qual estaria o Brasil me parece um pouco complicado entender dessa forma, prefiro dizer que não estamos em um patamar dialógico, não temos uma cultura dialógica no que se refere aos direitos culturais.

Professor, segundo Aldous Huxley: “A ditadura perfeita terá as aparências da democracia, uma prisão sem muros na qual os prisioneiros não sonharão sequer com a fuga. Um sistema de escravidão onde, graças ao consumo e ao divertimento, os escravos terão amor à sua escravidão”. Em minha observação e estudos, a democracia brasileira tem uma sociedade civil desorganizada. Pergunto: Como assegurar uma democracia que alcance a efetivação do conceito da democracia, onde o que aparentemente é demonstrado é uma sociedade civil que não se apropria dos espaços e de participação cultural ativa? Ou a visão (e estudos) do senhor é diferente da minha?

Às vezes, a impressão que nos dá é que o Estado e a sociedade estão em um contínuo cabo de guerra. Alguns têm o costume de dizer que tal parlamentar não me representa, o Estado não me representa, mas isso no meu entender, de certa

forma, é até incabível porque a nossa democracia é representativa. Esse é o modelo que nós temos, então, vamos utilizar esses instrumentos da democracia representativa que estão ao nosso alcance para tentar valer os interesses da sociedade. Instrumentos de pressão existem e o principal é, sem dúvida alguma, a atuação conjunta da sociedade. Como se dá essa atuação conjunta da sociedade? Como se efetiva? Por mais que tenhamos uma série de documentos voltados à educação de direitos humanos, planos nacionais de direitos humanos, por mais que tenhamos todos esses tratados, percebemos que não há uma apropriação por parte da sociedade desses valores, desses documentos e mais do que dos documentos, não há uma apropriação, na verdade, dos próprios direitos culturais. Sem dúvida, há muita valorização do chamado 'pão e circo' e do entretenimento, a valorização do consumo, uma cultura de massa, uma cultura de descarte, normalmente tudo isso leva à desagregação social e à hipervalorização do individualismo. Paradoxalmente, estamos em um processo de desagregação social e ao mesmo tempo num processo de interculturalidade. Existem movimentos que procuram realmente valorizar os direitos culturais e os equipamentos culturais existentes. Se nos fecharmos apenas aos muros acadêmicos, aos nossos trabalhos e palestras, perderemos uma oportunidade de enriquecer esse contexto cultural. Desse modo, entendo que não há outro caminho a não ser a luta, a busca dos seus direitos, que não seja a manifestação social, que não seja o enfrentamento muitas

vezes até das disposições do Estado, com sofrimento, algumas lutas cruentas, infelizmente.

Analisando o contexto dos direitos humanos, é possível observar que o Brasil não se mostra plenamente cumpridor de suas obrigações. Que ações hoje são tomadas para que o nosso país tome medidas mais claras para proteção, no caso específico, dos direitos culturais. Digo isso não apenas no contexto de ação da população, mas no campo legislativo.

O legislativo é, muitas vezes, inerte, passivo diante dessas demandas sociais. Entendo que, mais uma vez, é necessária uma movimentação social ampla para que o legislativo possa se incomodar e se mobilizar. Quando é do seu interesse, as coisas se encaminham. Nós temos aí uma série de discussões em torno do tema do ativismo judicial, que muitas vezes o judiciário acaba se manifestando em determinados temas como a própria questão política, do direito partidário, do direito à saúde, mas muito pouco em relação aos direitos culturais. Ressalto aqui que as sanções do Estado brasileiro no campo internacional são inócuas. Percebemos que as sanções desses organismos internacionais são consideradas apenas de cunho moral, porque acompanham os relatórios e esses são lidos e relidos. Essa é uma falha do sistema, essa é uma luta de quem trabalha nesse âmbito de pesquisa de tentar encontrar meios de dotar esses organismos internacionais de algum tipo de sanção para mobilizar o Estado a cumprir suas obrigações que ele, dentro do contexto de

soberania e voluntariedade, acabou aceitando. Mas como diz o André de Carvalho Ramos, esse é o truque do mágico.

Sabemos que cultura ainda é algo muito incipiente em nosso país. Diante do fato, como podemos interligar a consciência da cultura com direitos culturais para o indivíduo tão restrito do conhecimento de direitos básicos, como saúde, educação, segurança, etc.?

Direitos culturais, como o próprio tema trata, são direitos humanos, são interdependentes, são indissociáveis. Ao tratar da questão dos direitos humanos também estamos tratando dos direitos culturais, e se não temos efetividade dos direitos humanos, muitas vezes essa possibilidade de uma diversidade cultural, de uma participação na vida cultural poderia nos dar um grau de conscientização da nossa condição humana bem mais ampla. Um grau de conscientização do valor da dignidade que temos, da necessidade de uma existência digna, uma consciência da importância do Estado, a importância de seus agentes. Essa consciência também se dá por meio da difusão dos direitos culturais. Nós vimos que a vida não se dissocia da cultura também, nós somos permeados por ela, somos influenciados, criamos uma cultura e somos criados por ela muitas vezes. Para que nós possamos ter consciência de toda essa realidade, entendo que o processo de educação em direitos culturais é fundamental e ele vai surgir muito mais a partir do interesse da

comunidade, das universidades, dos estudos, dos coordenadores, dos alunos, do que pelo que a gente tem visto de uma ação puramente estatal.

Sabe-se que no Brasil tem melhorado significativamente a questão dos direitos humanos e culturais também. Existem denúncias que os direitos culturais não são respeitados? Aqui no Brasil? Onde?

A partir do momento que se denuncia a destruição de um patrimônio material, tombado ou ainda não tombado, mas de interesse para a comunidade, a partir do momento que se denuncia a violação dos direitos de expressão de determinadas comunidades, como no caso das comunidades indígenas, tudo isso são manifestações por meio das quais também se pleiteiam proteção e promoção dos direitos culturais, mesmo que não levem esse título, eles efetivamente o são. Aqui no Brasil, por exemplo, em relação às comunidades indígenas, e inclusive também na ordem internacional, temos acompanhado o caso da construção da usina do Belo Monte. São várias comunidades indígenas que estão na eminência de perder suas terras e o seu espaço, que a gente viu aqui naquela análise da Corte Interamericana como sendo fundamental a sua própria vida, a sua saúde e sua integridade, por conta da necessidade da construção de uma usina.

A usina é necessária, sem dúvida alguma, nós precisamos de fontes energéticas, mas a comunidade não foi devidamente

escutada, os debates não foram devidamente ampliados em um nível nacional. Então, essa falta de abertura, um déficit democrático ao diálogo, acaba impedindo que esses direitos sejam tratados de forma mais ampla para que a comunidade como um todo possa conhecê-los. Quantos conhecem o que está se passando nas comunidades indígenas no caso de Belo Monte? Quantos conhecem o que se passa na comunidade de Altamira, na própria cidade de Altamira, do aumento da violência e da criminalidade, da prostituição infantil? Por uma série de promessas não cumpridas, sítios arqueológicos também já foram identificados aí nessa região do Pará. Então, são debates que não chegam para a comunidade e são direitos humanos que estão sendo tratados ali naquele contexto.

Marcus, você citou documentos como: Declaração Universal dos Direitos Humanos e os dois Pactos Internacionais com seus respectivos artigos. Pergunto: Uma conferência nacional sobre os direitos culturais não seria uma forma de "pressionar" as instituições culturais e, principalmente, o Poder Público, para que se cumpram esses direitos, previstos nestes documentos citados por você?

Sim, sem dúvida alguma essas manifestações e esses eventos têm essa característica importantíssima de levar o conhecimento para aqueles que estão afastados desse contexto da valorização da cultura e dos direitos culturais, de aproximá-los. Por mais que esses eventos aconteçam, às vezes, de forma

não muito divulgada, são importantes dentro de um contexto local ou nacional, e eles acontecem, sem dúvida alguma, eles acontecem. A questão que sempre surge do debate final, nos relatórios finais, do apanhado dessas conferências é “e agora, como nós vamos efetivar?” Nós temos planos nacionais para o desenvolvimento dos direitos humanos, temos planos para o desenvolvimento da educação, no âmbito da saúde também, conferências de saúde são realizadas quer sejam em âmbito privado, quer sejam patrocinadas pelo próprio Estado. E a preocupação não deve ser apenas com a conferência, mas sim com a efetivação dos seus resultados. E essas preocupações já acontecem no nosso dia a dia, mas considero como da mais alta importância as reuniões comunitárias, as conferências estaduais e nacionais para a valorização desses direitos.

Em muitas de nossas webconferências temos falado sobre a não apropriação da população de seus objetos ou fontes locais de cultura, onde grupos pequenos tentam mobilizar e organizar em prol das defesas dos direitos culturais. E como o senhor acabou de falar, penso que isso não deveria ficar apenas no campo acadêmico. O exemplo da Hilda, das rádios populares, é um bom exemplo, mas e quando falamos nas divergências entre progresso urbanizacionista e patrimônio material, o que fazer?

Durante muito tempo se entendeu que a evolução cultural, o desenvolvimento cultural estivesse atrelado à ideia de progresso, então, o progredir estava ligado à evolução cultural sem dúvida alguma. Hoje se entende que não necessariamente, e até preciso entender de que tipo de progresso, quando se fala em progresso ou desenvolvimento econômico, desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável e integrado, não apenas antropocêntrico, mas biocêntrico. Essa realidade, na verdade, em um contexto de progresso, por mais que seja tratada e a gente vê isso no contexto conceitual e teórico de relação com a cultura, eu entendo que a ação deve se dar no âmbito conjunto. Na nossa converso um pouco atrás eu ressaltai esse âmbito conjunto no aspecto político e social. A comunidade pode se reunir em torno da valorização das rádios comunitárias, por exemplo, como elemento importante de integração; ou pela criação de pequenos museus, que interessam àquele grupo comunitário. A luta pela valorização, pela manutenção de todos esses equipamentos não é apenas uma conquista social no meu entendimento. Muitas vezes a própria sociedade necessita desse fomento, desse apoio jurídico, para conseguir efetivar e alcançar os seus objetivos através desses instrumentos.

Então, é preciso mais uma vez debater a questão da participação social, como é que podemos fazer para ter maior conscientização, como é que posso conhecer mais a minha cultura? Às vezes eu vejo a notícia no jornal de um determinado equipamento importante para a comunidade que vai ser destruído

porque vai passar uma avenida, vai melhorar o fluxo, mas eu mesmo me pergunto qual é o valor que esse equipamento tem para mim?

Qual é o valor? Eu não tenho uma relação com o equipamento, mas eu me lembro que direitos culturais e cultura não têm apenas um viés individual, não é um valor apenas para mim. Se não tiver valor para mim, então, não tem valor, não se trata disso, essa é a riqueza de potencial de agregação social, é entender que esses direitos, esses equipamentos e esses valores podem nem ser meus, são valores de uma comunidade. Por serem valores de uma comunidade, merecem ser respeitados, porque outras pessoas estão se desenvolvendo, estão crescendo, progredindo e por isso merecem respeito e proteção.

Como o senhor vê as recentes notícias de 'Casas de Santo' serem agredidas por fundamentalistas neopentecostais?

Hoje temos realmente uma proliferação dessas atitudes de ódio, dessas manifestações de intolerância, principalmente em torno de movimentos religiosos e de questões religiosas. É interessante porque estamos falando de uma cultura inclusiva, estamos falando também de diversidade cultural, estamos falando do outro, da valorização do outro, do respeito, e praticamente simultaneamente percebemos esses elementos que são contrários a todos esses valores.

Mas precisamos entender que isso também faz parte do pacote da humanidade, do nosso pacote como pessoa humana,

nós temos não apenas uma posição de polos extremados de bem e de mal, mas até de incompreensão. Eu entendo que há uma valorização, inclusive, da mídia em relação a esses temas. Não é que não existam esses problemas, eles existem, o atentado na França existiu claramente, a destruição das imagens no museu no Iraque existiu claramente. É um fato que pessoas, pelo que você está relatando dentro da pergunta, de uma determinada religião se manifestaram de forma violenta em relação a essas comunidades.

Nós já tivemos casos de outros religiosos, de outros movimentos também destruírem elementos da igreja católica e a igreja católica também já fez isso. Então, eu acredito que há uma exacerbação no sentido de até, muito cuidado em dizer isso, mas eu sinto que, de alguma forma, há também uma certa motivação, um elemento motivador dessa violência toda, agregador. E, infelizmente, os meios de comunicação da forma como tratam esse assunto, da espetacularização da notícia, não há nenhum tratamento no sentido de discussão, esclarecimento, mas sim de polarização, de extremismo. Qual é a razão desse problema estar acontecendo, os valores de uma comunidade são inferiores ao de outros, os valores culturais de uma religião são inferiores ao de outra?

A meu ver, esses atos de violência revelam atitudes de pessoas que não têm a sua própria fé firmada, são pessoas muito mais dentro de um contexto de agressividade do que propriamente de fé religiosa. A meu ver, como no caso dos

terroristas islâmicos, muito líderes religiosos islâmicos têm se manifestado dizendo que isso não é verdadeiro islã, mas é tratado como se fosse, isso não é o verdadeiro muçulmano que tem fé, mas é tratado como se fosse. Então, talvez esse não seja o verdadeiro pentecostal, evangélico, mas é tratado como se todos fossem assim. Portanto, a forma como nós procuramos resolver esses problemas acaba sendo um instrumento de motivação dos problemas. Não é só pela informação, mas que tipo de informação. Porque amanhã eu já tenho outra notícia e pronto e acabou, assim, nós esquecemos aquele problema e ficou uma rixa entre comunidades, e quando o caso for mais sério com certeza vai voltar a ter importância para os meios de comunicação. Mas também há encontros e conferências para discutir a interreligiosidade e o diálogo interreligioso e as comunidades locais. Cadê os líderes religiosos dessas comunidades nessa situação que aconteceu? Por que não promovem um diálogo interreligioso para tratar da questão? A meu ver, não são pessoas religiosas, na minha humilde opinião, isso não é uma manifestação de fé, é uma manifestação de desrespeito que não tem nada a ver com fé.

Professor, estou terminando uma pesquisa que tem o título "Cultura e Comunicação: Rádios Comunitárias e os Reflexos na Cidadania" e o que se percebe é a apropriação de grupos capitalistas a meios constitucionais que facilitam a isenção de

impostos ligados às rádios comunitárias. Como o senhor analisa esta situação?

Essa é uma realidade que não é só do Brasil, é uma realidade global de que poucos decidem e esses estão envolvidos com grandes corporações, com grandes conglomerados financeiros e aí está uma das razões do Estado estar sempre em conflito com a sociedade. Como o Estado acaba muitas vezes se tornando refém, deixando-se fazer refém desses interesses econômicos, desses grupos corporativos; alguns têm inclusive um faturamento maior do que o PIB de muitos países. Essa é uma realidade pós-moderna em um contexto contemporâneo que nós temos que enfrentar. É um Davi frente a um Golias. Como enfrentar essa realidade? Você tem razão quanto a isso, quantos famílias detém, talvez nos dedos de uma mão a gente possa contar, a grande parte da mídia nacional? Como enfrentar tudo isso? As rádios comunitárias, sem dúvida alguma, enquanto não estiverem perturbando talvez não sejam nem questionadas, mas a partir do momento que, de alguma forma, atentem contra os interesses econômicos e políticos desses grandes grupos elas sempre farão frente. Então, eu acho que dentro de um trabalho de pesquisa esse é um contexto interessante a se enfrentar. Parceria, caminhada unida e conjunta do Estado com o poder econômico. Isso não é de agora, vem da formação do Estado. As primeiras corporações de trabalhadores na Idade Média, quando formaram os seus grupos, também estiveram junto do poder econômico e assim atravessaram toda a

história da humanidade. A humanidade conseguiu sobreviver a isso e eu acredito que vá sobreviver. São poucos e sem tantos reforços, eu digo no aspecto financeiro, que lutam pelas rádios comunitárias e por outras manifestações comunitárias também, mas que são importantes. Portanto, eu acho que nessa visão da ação do Estado e dos grupos econômicos, e sua influência, muitas vezes há redução ou impossibilidade de ação em instrumentos menores de comunicação como as rádios comunitárias.